**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (2ª REUNIÃO), E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (4ª REUNIÃO), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e dez minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da CDR e do Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da CMA, reúnem-se as referidas Comissões com a presença dos Senadores: Ana Rita, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, João Durval, José Agripino, Maria do Carmo Alves, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Vital do Rêgo. Deixam de comparecer os Senadores: Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Ana Amélia, Aníbal Diniz, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Fernando Collor, Garibaldi Alves, Gim, Humberto Costa, Ivo Cassol, João Alberto Souza, João Capiberibe, Jorge Viana, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Wilder Morais e Zezé Perrella. Comparecem à Reunião os Deputados Federais: Mário Negro monte, Eduardo Francisco Sciarra, Luiz Fernando Faria, Marcos Montes, Arnaldo Jardim, Guilherme Campos, Fábio Reis, José Almeida Lima, Mendonça Prado, Luiz Argolo, Valadares Filho, Márcio Macedo, João Carlos Bacilar, e o Deputado Estadual Samuel Alves Barreto. A Presidência esclarece que conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião Conjunta destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs RQR nº 01/2014 – CDR e RQR nº 02/2014 – CMA, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Eduardo Amorim, respectivamente, para discutir e debater a importância da Vale S.A. na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o aproveitamento industrial da carnalita no Estado de Sergipe, com a presença dos seguintes convidados: o Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto, o Presidente da Companhia Vale S.A, Murilo Ferreira, o Prefeito do Município de Capela/SE, Ezequiel Ferreira e o Prefeito do Município de Japaratuba/SE, Hélio Sobral. Após a exposição dos convidados, o Presidente franqueia a palavra aos senhores: Francisco Cisne, Diretor da Vale S.A, Otávio Bulcão, Advogado Tributarista da Vale S.A., André Moura e Mendonça Prado, Deputados Federais, Jefferson Dantas Passos. Secretário da Fazenda de Sergipe (SEFAZ), e João Alves, Prefeito de Aracajú/SE. Nada mais havendo a tratar, é aprovada a Ata desta Reunião Conjunta. Às onze horas e trinta e três minutos é encerrada a presente Audiência Pública, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo a presente Ata, que será assinada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da CDR e pelo Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da CMA, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Senador **Eduardo Amorim**

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
|  | **SENADO FEDERAL** **SF** - 1  **SECRETARIA-GERAL DA MESA**  **SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA E REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS**  ***COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS NAS COMISSÕES***  CDR/CMA (1ª Reunião Conjunta) 19/02/2014 |

(*Texto com revisão.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Tenho a honra de informar à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que o Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, passa a compor nosso Colegiado pelo Bloco União e Força, conforme noticia o Ofício nº 9, remetido ao Plenário do Senado Federal pelo seu Líder.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2014, da CDR, de autoria deste Presidente, e ao Requerimento de autoria do Senador Eduardo Amorim, para promover debate sobre a importância da Vale na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o aproveitamento industrial da carnalita em Sergipe.

Tenho o prazer de anunciar que já se encontram aqui presentes o nosso Governador de Sergipe, Jackson Barreto, e os Deputados Federais Mário Negromonte, Luiz Fernando Faria, Marcos Montes, Arnaldo Jardim e Guilherme Campos. Quero também destacar a presença, nesta reunião, dos Senadores Ciro Nogueira e Rodrigo Rollemberg, Líder do nosso Partido.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o nosso Governador, que já está aqui ao nosso lado; o Presidente da Vale, Dr. Murilo Ferreira; o Prefeito do Município de Capela, Ezequiel Ferreira. Como representante da Assembleia Legislativa, está aqui o Deputado Augusto Bezerra.

O Prefeito do Município de Japaratuba, Hélio Sobral, já chegou também?

Antes de conceder a palavra ao Vice-Presidente da CMA, Senador Eduardo Amorim, eu gostaria de fazer uma introdução, dizendo que a CDR se sente muito feliz em receber o Governador Jackson Barreto, do Estado de Sergipe, que, sucedendo o saudoso Marcelo Déda, dá continuidade ao trabalho da implantação de indústrias visando ao desenvolvimento de nosso Estado. E, como não poderia deixar de ser, o aproveitamento dos nossos minérios é prioridade no Governo estadual, uma vez que o Estado de Sergipe se situa, em relação aos Estados brasileiros, numa posição privilegiada, já que é uma província mineral e tem a única fábrica da América Latina de produção, através do aproveitamento industrial da silvinita, de potássio. E agora a luta é para a execução de um trabalho com o objetivo da industrialização da carnalita entre os Municípios de Capela e Japaratuba.

Esses trabalhos de articulação visando à implantação dessa indústria foram iniciados pelo então Governador Marcelo Déda, seguidos pelo Governador Jackson Barreto, com o Presidente da Vale, Murilo Ferreira, que tem demonstrado toda boa vontade em se engajar ao processo de desenvolvimento do Estado, notadamente quanto à exploração dos minérios que produzem potássio, tão essencial ao desenvolvimento da nossa agricultura brasileira, de vez que quase 100% das necessidades de potássio, que é um fertilizante importante, são importados. Não fosse a fábrica de Rosário, que retira a silvinita de Capela e de Rosário, naturalmente essa importação seria de 100%.

Agora, nós sabemos que não só nesses Municípios há ocorrências de potássio. A natureza nos privilegiou com ocorrências desse mineral não só em Capela, como em Japaratuba, também em Socorro, em São Cristóvão, em Maruim. Lá em São Cristóvão, por exemplo, a exploração, se vier a ser feita e será feita, ficará a cargo da Rio Verde, que é uma empresa canadense. Quanto à exploração da carnalita em Japaratuba e em Capela, fica a cargo da Vale, que tem uma concessão de 30 anos, da União.

O que vamos discutir aqui, meus amigos e minhas amigas, é a importância dessa fábrica no nosso Estado, que, somente na sua implantação, vai gerar mais de quatro mil empregos; os dois Municípios serão beneficiados com o compartilhamento do ICMS, do ISS, haverá geração de emprego e a população de Sergipe, de um modo geral, não só desses Municípios, vai se beneficiar com essa riqueza que se encontra ainda adormecida no subsolo sergipano nesses dois Municípios.

Portanto, a exploração é vital não só para Sergipe, mas também para todo o Brasil. O sistema NPK precisa ser fortalecido: nitrogênio, fósforo e potássio. Isso está a depender das ações que venham a ser desenvolvidas em Sergipe pelas empresas que detêm a concessão da União.

Eu tenho um vídeo, não sei se já está pronto.

Prefeito Hélio Sobral, por favor, ocupe aqui a mesa.

Quando o vídeo estiver pronto, por favor. É só para relembrar o interesse que o Estado de Sergipe tem pelo aproveitamento de seus minérios e matar a saudade do Governador Marcelo Déda.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Bom, a silvinita já está sendo aproveitada lá, como eu disse, entre Rosário e Capela, e agora resta a execução de um novo projeto, que é a produção de potássio através da carnalita, que é outro minério existente lá no Estado de Sergipe.

O vídeo mostrou o grande potencial do nosso Estado de Sergipe, um Estado privilegiado com a produção de petróleo e, agora, de potássio.

Eu concedo a palavra, antes de dar ao Presidente Murilo Ferreira a oportunidade de fazer sua explanação, ao Vice-Presidente da CMA, o Senador Eduardo Amorim, do PSC do Estado de Sergipe.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom dia a todos, colegas Parlamentares, Deputados e Senadores aqui presentes todos já nominados; Senador Valadares; Governador Jackson Barreto; Sr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale; Hélio Sobral, Prefeito de Japaratuba; Ezequiel, Prefeito de Capela. Mais uma vez, bom dia a todos aqui presentes, aos telespectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, aos que nos acompanham pelas redes sociais.

Esta audiência pública que ora se inicia é de incontestável importância não apenas para o Estado de Sergipe, mas para o Brasil.

Somos um País agrícola. Até 2020, espera-se que o Brasil seja o maior produtor mundial de alimentos, ou seja, os ponha sobre quase todas as mesas do mundo, alimentando muitos bilhões de pessoas pelo mundo, milhões e milhões de famílias.

A nossa produção de cereais, leguminosas e oleaginosas bateu o recorde em 2013, ao registrar um aumento de 16,2% em relação a 2012. Foram colhidos, no ano passado, cerca de 188,2 milhões de toneladas de grãos, mais do que o recorde anterior, que era de 161,9 milhões de toneladas, em 2012, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, importamos em média 70% do nitrogênio, do fósforo e do potássio que o Brasil consome em fertilizantes, de acordo com os dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), e, dos três insumos, a dependência maior de importação é de potássio, que beira os 93%.

Com isso, quero dizer, senhores e senhoras, da importância desta reunião de hoje, de garantirmos a exploração da carnalita. Como o engenheiro prussiano Rudolf von Carnall, no ano de 1806, quando descobriu essas apresentações do potássio, desse mineral na natureza... Como sabemos, é o mineral de onde é extraído o potássio. Todos nós concordamos, naturalmente, acerca da importância estratégica do Projeto Carnalita para o desenvolvimento econômico e social não só do Estado de Sergipe, mas também do Brasil. E digo mais, é até uma questão de segurança nacional, porque, no dia em que esses países que nos vendem esse produto deixarem de vendê-lo... É fundamental que a gente busque também autossuficiência, como o fizemos em outros setores, como energia, por exemplo.

Para Sergipe, a dimensão da exploração da carnalita e sua consequente produção de potássio só encontram paralelo na descoberta e exploração de petróleo no Município de Carmópolis, no início da década de 60.

Para o Brasil, o Projeto Carnalita é igualmente importante e estratégico. Reduz a nossa dependência na pauta de importações de fertilizantes e aumenta consideravelmente a produtividade de alimentos no campo. Além disso, não é toda hora nem em todo lugar do mundo que ocorre um empreendimento industrial desse porte, no valor de quase US$4 bilhões, com a criação de cerca de cinco mil empregos e a produção de até 2,7 milhões de toneladas de sais potássicos. Por isso, antes de qualquer outro aspecto, devemos considerar e priorizar a natureza especial e superior do interesse público, representado pelo desenvolvimento do Projeto Carnalita no Estado de Sergipe.

Essa é, portanto, a hora em que todos nós, sem exceção, devemos agir com altivez, com patriotismo, pensando não só nas novas gerações e não apenas nas próximas eleições. Precisamos pensar nas próximas gerações.

Sabemos que a Vale é uma das maiores mineradoras do mundo, cuja missão de transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável tem sido cumprida no Brasil e em mais de 30 países. Trata-se de uma empresa que se transformou em motivo de orgulho para o povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Murilo Ferreira, os sergipanos confiam plenamente na Vale, como nós confiamos na política de atuação da empresa, nos seus dirigentes e em seus bravos trabalhadores. Estão prontos para colaborar em tudo o que for necessário para que o Projeto Carnalita seja plenamente viabilizado.

Os Municípios de Capela e Japaratuba, naturalmente, defendem os seus legítimos interesses fiscais, buscam ajuste da remuneração dos seus imensos recursos minerais depositados pela natureza em suas terras, mas sabem também que sem o investimento e o trabalho da Vale essa riqueza jamais poderá ser transformada em crescimento econômico para a região e em benefícios sociais e concretos, efetivos para todo o seu povo, ou seja, na dignidade merecida.

Compreendo, entretanto, que há uma legitimidade na questão do percentual do minério existente no solo das duas cidades coirmãs, que naturalmente deve ser levada em conta no desdobramento desta reunião.

Tenho certeza de que V. Sª, com a compreensão e a colaboração de todas as partes envolvidas no Projeto Carnalita, encontrará um ponto de entendimento, de equilíbrio, justo e satisfatório para todos.

Tudo aqui pode acontecer, é verdade. O que não pode acontecer aqui, de forma alguma, é o cancelamento e a suspensão ou mesmo o simples adiamento do início da execução do projeto.

Volto a dizer, Sr. Presidente, sou brasileiro e tenho muito orgulho dessa empresa, que pertence não somente aos seus acionistas; pertence ao orgulho, à autoestima do povo brasileiro. Ela, como já disse, se encontra em mais de 30 países, levando o sentimento, a paixão, a responsabilidade do povo brasileiro e é tão bem conduzida pelo senhor e por toda a sua equipe.

Sergipe e o Brasil têm pressa. E o povo sergipano, que tanto sonha com essa produção do potássio, não pode, com certeza, mais esperar. Devemos, sim, buscar a nossa autossuficiência, e mais: independência neste caso dos fertilizantes, o que é extremamente necessário.

Obrigado, Sr. Presidente e que tenhamos todos uma excelente reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Senador Eduardo Amorim.

**Gostaria de registrar a presença da Senadora Maria do Carmo Alves, integrante desta Comissão; do Prefeito de Aracaju, a capital, e ex-Governador, Dr. João Alves Filho; dos Deputados Federais Fábio Reis e Almeida Lima; do Deputado estadual Capitão Samuel; do Deputado Federal Mendonça Prado, que aqui se encontra presente; do secretário Zezinho Sobral, da Casa Civil do Governo do Estado de Sergipe; do assessor especial do Governo do Estado, ex-secretário do Planejamento, meu amigo Oliveira Júnior**.

Eu gostaria de, mais uma vez, enfatizar a importância desta reunião, que espero seja definidora da exploração da nossa carnalita no Estado de Sergipe.

Os impasses existem para ser resolvidos por pessoas sensatas, equilibradas, que pensam no melhor para a sua comunidade, para a população, para a sociedade sergipana. O Estado de Sergipe, como eu disse, é privilegiado pela natureza. A cabeça do povo sergipano está voltada para o aproveitamento de suas riquezas. Todo líder que estiver sintonizado com as aspirações e os sonhos do povo sergipano e de acordo com o crescimento da nossa economia e a preparação do nosso futuro deve situar-se nessa direção. O entendimento tem de haver.

Naturalmente, todas as condições, todos os direitos dos Municípios têm de ser assegurados, e esses direitos estão na Constituição e nas leis instituídas no nosso País. E, para assegurar esses direitos, existe a boa vontade de todos que participam da política e do Governo no Estado de Sergipe, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado. Não há possibilidade de que, diante desse fato concreto de que uma fábrica ficará entre dois Municípios, será instalada entre dois Municípios, não há possibilidade alguma de que o Município de Capela ou o Município de Japaratuba seja prejudicado nessa ação empreendedora da Vale no Estado de Sergipe.

Por isso, concedo a palavra, para fazer a sua explanação, a esse homem público que tem o respeito da Nação brasileira pelo dinamismo que vem mostrando ao dirigir a segunda maior empresa do Brasil, que é a Vale, explorando minérios e fazendo uma exploração que é concessão da União, ou seja, do povo brasileiro, para o fortalecimento da nossa agricultura e a geração de empregos e a preparação do futuro do nosso País.

Concedo a palavra ao Dr. Murilo Ferreira, com muito prazer.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Bom dia a todos.

Meu caro Presidente da Comissão, Valadares, Governador Jackson Barreto, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Prefeitos Hélio e Ezequiel, autoridades, sergipanos, imprensa, colegas da Vale, acho que todos acompanham o que temos vivido na economia mundial, o grau de incerteza que se tem mostrado. Muitas vezes as pessoas pensam que é exclusivamente no Brasil. Estão profundamente enganadas. Basta observar o dado divulgado pela Alemanha – que ninguém tem dúvida de que é a economia mais forte da Europa – esta semana: o índice de expectativas caiu de 61%, em janeiro, para 55%, agora, este mês, na pesquisa realizada, que terminou em fevereiro. Ora, se isso está acontecendo na Alemanha, não tenho dúvida alguma de que estamos pegando uma nova ressaca da crise de 2008/2009, uma nova ressaca da crise da dívida europeia do ano de 2011.

Apesar disso, eu gostaria de celebrar o fato de que, segundo anunciado esses dias pelo IBGE, o desemprego brasileiro ficou em 4,3%, sendo que a renda teve um aumento real, em bases anuais, de 3,2%. Todos nós sabemos que o cenário poderia ser melhor. Nós temos um cenário de juros mais altos, um cenário de confiança menor – os índices estão demonstrando isso –, tivemos um processo de ajuste de estoques, a produção industrial caiu 3,5% em dezembro – parece-me que ela está se recuperando fortemente no primeiro mês do ano –, mas, de qualquer forma, mesmo onde o Brasil tem encontrado as suas maiores dificuldades, que é no financiamento do seu déficit de conta corrente, que é 3,7% do PIB, nós temos que lembrar a quem teve a desesperança de viver na minha geração, quando nós não sabíamos como financiar o déficit em conta corrente do País, que nós tivemos um financiamento de 2,9%, dos 3,7% de déficit, com investimentos diretos. Quer dizer, alguém está investindo no Brasil para financiar esse déficit em conta corrente que é tão alardeado. Então, isso traz muita esperança para nós e confirma a vocação da Vale de ser a empresa privada que mais confia no Brasil, que mais investe no Brasil.

Eu devo lembrar que eu tenho muito orgulho, e os meus colegas da Vale também o têm, porque nós estamos implantando o maior projeto já feito no Brasil por uma empresa privada. São US$19,5 bilhões. Nós estamos falando de aproximadamente R$50 bilhões em três anos, que nós estamos investindo na Serra Sul, projeto S11D, no Estado do Pará. Mas nós não estamos fazendo só isso. Nós estamos fazendo a duplicação da ferrovia de Carajás e fazendo ainda um ramal. São mais 700 quilômetros. E estamos fazendo mais um porto. Essa ferrovia é essencial para o nosso negócio, mas não é só para o nosso negócio. A Vale contribui de uma forma ostensiva para o superávit, a parte positiva da balança comercial brasileira.

Os nossos amigos, um grupo de empresários, inclusive o Josué, filho do nosso saudoso Vice-Presidente José Alencar, estão construindo mais um porto lá em São Luís, e a nossa ferrovia vai carregar os grãos do Maranhão, do Piauí, de Tocantins, de Goiás, com a eficiência que a Vale tem, através da estrada de ferro Vitória-Minas e da estrada de ferro Carajás.

Nós estamos participando do maior projeto de infraestrutura já realizado no Brasil da VLI, em que eu, pessoalmente, me empenhei. Trouxemos sócios japoneses e sócios canadenses e vamos investir R$9 bilhões. Estamos contratando, e a maior parte já foi feita, 210 locomotivas e 7.500 vagões.

Aquilo que, na maioria das vezes, eu ouço sobre problemas na infraestrutura brasileira e de críticas, nós, como empresários, enxergamos como uma oportunidade, porque a taxa de retorno vai ser boa, já que existe uma demanda.

Então, é esta a nossa visão do Brasil: uma visão positiva, longe do viés de desânimo. Nós reconhecemos, talvez por estarmos em 30 países, talvez porque eu viaje alucinadamente visitando as nossas operações, visitando os nossos clientes, que temos um processo muito difícil mundialmente.

Eu queria compartilhar com vocês que, apesar desse cenário de tantas incertezas, como eu disse inicialmente, nós continuamos confiando muito no Brasil. Temos, no Brasil, a nossa principal base de operações dentre esses 30 países – e olha que nós trabalhamos em países com grande tradição mineral, como é o caso do Canadá, que é a maior província explorada em mineração do mundo! E nós temos orgulho quando o Presidente diz que nós somos a segunda mineradora, porque isso foi construído por gerações de valerianos, gerações de mineiros, capixabas, paraenses, maranhenses que lutaram muito para que nós chegássemos a essa posição. Então, nós temos muito orgulho disso.

E nós consideramos que, quando entramos em um negócio de fertilizantes, nós também poderíamos dar a nossa contribuição. Poderíamos dar a nossa contribuição, porque os fertilizantes têm uma característica muito importante dentro do agronegócio brasileiro, ele precisa ser muito bem distribuído. O seu canal de distribuição precisa ser muito afetivo, ele precisa estar no produtor rural no momento necessário e a Vale conhece bem logística.

Eu vou dizer para vocês o seguinte, eu tenho muito orgulho disto: a Vale, no ano passado, fez 17 milhões de quilômetros sem um acidente importante que significasse a interrupção das suas atividades, o que significou o primeiro lugar no mundo entre a eficiência de ferrovia na estrada de ferro de Carajás. O segundo foi 16,4 milhões sem um acidente com afastamento das operações.

Então, nós, de novo, estamos investindo mais em logística e vamos investir com outros, o que será essencial esse projeto. Por isso que nós decidimos entrar no negócio de fertilizantes.

Quem ouviu o meu primeiro discurso como Presidente da Vale deve se lembrar de que eu citei as minhas origens mineiras de Uberaba, quando eu disse que eu não faria qualquer movimento em mineração onde eu não fosse bem-vindo. Na minha terra, quando nós íamos visitar os vizinhos, os amigos, naquela época era uma cidade mais calma, nós chegávamos, batíamos na porta e perguntávamos: posso entrar? Foi assim que eu disse no meu primeiro discurso. Quando a dona da casa ou o dono da casa fala: "Pode entrar, Murilo, vem cá, tem um café, tem uma água, tem um refrigerante, um suco!", nós entrávamos. Quando ninguém respondia, eu fechava o portão e ia embora.

Eu, então, queria dizer para vocês que esta é a nossa visão do nosso trabalho: é um trabalho muito difícil, porque nós precisamos alinhar exploração mineral, nós precisamos desenvolver um projeto, nós precisamos implantar um projeto, nós precisamos treinar gente, nós precisamos respeitar o meio ambiente e, nessa situação toda, nós precisamos de um grande alinhamento. Se não houver esse alinhamento, as coisas ficam muito difíceis. Como nós não temos em Minas, Nova York, Londres, Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, nós vamos fazer onde a reserva mineral estiver. E nós temos que fazer da forma mais eficiente possível, mas, de novo, que sejamos bem recebidos onde nós batermos à porta.

Se o Sr. Presidente me permitir, porque eu acho importante nós falarmos um pouco do projeto, eu queria pedir ao **Francisco Cisne** que fizesse uma pequena apresentação, um resumo sobre o que significa o Projeto Carnalita para que uma audiência tão qualificada como esta possa entender em rápidas palavras do que se trata.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, antes da fala do nosso Chico Cisne, que é representante da Vale lá no Estado de Sergipe, **eu gostaria de registrar, para nossa alegria, também a presença do Diretor de Assuntos Fiscais da Vale, Dr. Octávio Bulcão e da Drª Salma Ferrari, Diretora de Relações Institucionais, assim como a presença do ex-Prefeito de Poço Verde, presidente de uma das instituições ligadas aos Municípios de Sergipe, Antônio Dória; do Deputado Federal Valadares Filho e também do Deputado Federal Luiz Argôlo. Agora acaba de chegar o nosso querido Deputado Márcio Macêdo, do Estado de Sergipe, que nos honra com a sua presença, e o Senador Roberto Requião.**

Sergipe se sente muito honrado, porque V. Exª, Senador Roberto Requião, tem origens no nosso Estado. Sua família é lá de Divina Pastora...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Laranjeiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Laranjeiras. Divina Pastora é por ali.

Concedo a palavra, conforme foi solicitado pelo Presidente da Vale, ao Dr. Francisco Cisne, Diretor de Operações Potássio.

Com a palavra V. Sª.

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Srs. Senadores, Governador, Prefeitos, Deputados e demais autoridades aqui presentes, bom dia.

Eu tinha me preparado para falar sobre a importância dos fertilizantes e da dependência brasileira. Eu acho que, por tudo que já foi falado aqui, vou passar essa parte e entrar diretamente no projeto, descrevendo-o e, também, da questão de por que nós escolhemos aquela área...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O senhor fique à vontade. Estas duas Comissões querem ouvi-lo, com muito prazer.

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Muito obrigado, muito obrigado.

Bom, aqui estão a missão, visão e, principalmente, os valores da Vale, que é o que rege a nossa conduta. Eu queria enfatizar que uma das coisas que a gente muito pregou no projeto foi cuidar do nosso Planeta, ou seja, realmente, o respeito pelo nosso meio ambiente.

No setor de fertilizantes, nós temos um desafio, e um desafio mundial, porque temos mais pessoas no mundo, mais renda nos países emergentes, melhor dieta alimentar e menos área *per capita* pelo crescimento populacional. Com isso há uma maior necessidade de fertilizantes, já que o fertilizante realmente alavanca a produtividade.

Como já foi falado, os principais nutrientes são nitrogênio, fósforo e potássio. E há dependência nacional. O que chama a atenção, realmente, embora sejamos dependentes de todos os macronutrientes, é a questão do potássio, que é produzido pela mina de Taquari-Vassouras, que está com uma produção ao redor de 500 mil toneladas.

Esse é o nosso fluxo mundial de cloreto de potássio. Nós temos os grandes produtores, que, na realidade, são nossos concorrentes também, principalmente Canadá, Bielorrússia, Rússia, Alemanha e Oriente Médio, composto por Jordânia e Israel. Esses são os principais que aportam o produto para o Brasil. Em termos de consumo, os maiores consumidores são o Brasil, como importador, Estados Unidos e Ásia.

Vejam os volumes, nós estamos falando de um projeto de carnalita: para a mina de Taquari-Vassouras, 500 mil; o projeto carnalita, 1,35 milhão, e não 350. Na realidade, nosso consumo é bem mais elevado que esse.

Aproveitando o tema, a única mina produtora de cloreto de potássio a partir da carnalita hoje no mundo encontra-se na Alemanha e, mesmo assim, só produz 100 mil toneladas. Nós tentamos, em uma época passada, aproveitar a tecnologia deles, mas não foi viável e tivemos que desenvolver essa tecnologia que vamos apresentar aqui agora.

Mesmo assim, com essa importação, a importância do agronegócio na balança comercial brasileira é extraordinária, de 83, muito superior ao minério de ferro.

Agora vamos falar um pouco do projeto carnalita. A carnalita é um sal duplo de cloreto de magnésio e cloreto de potássio, que ocorre na natureza normalmente associado a cloreto de sódio, o sal de cozinha, que nós chamamos de salitre. Isso baixa o teor ao redor de 12%. Esse é o conteúdo de cloreto de potássio que há no minério. Se a gente comparar com a silvinita – a maior parte daquilo que eu mostrei que nossos concorrentes produzem é a partir de silvinita –, está com teor entre 25% e 40%, ou seja, o esforço de concentração é muito maior, porque o produto final tem o mesmo conteúdo: 95% de KCl. Então, sair de 40% ou de 25% é muito diferente do que sair de 12%. Nós temos um esforço energético muito maior no caso da carnalita, por isso muitas vezes o chamam de minério secundário para a produção de potássio.

Nosso projeto, como falei anteriormente, visa à produção de 1,35 milhão de toneladas/ano, em sua capacidade máxima, de cloreto de potássio. Está localizada nos Municípios de Capela e Japaratuba, mais ou menos 50km ao norte de Aracaju. Obviamente, pela dependência brasileira, 100% está no mercado nacional. Tem uma logística bastante favorável, próximo ao mercado consumidor, o Nordeste, e estamos muito próximos da rodovia BR-101, a 1,5km, praticamente, da ferrovia, e a 40km do porto.

Em linhas gerais, nosso projeto compreende uma mina. Inicialmente, para estartar a planta, nós já temos de ter 75 postos prontos, embora falemos que, na vida útil do projeto, serão 528 postos. Por que postos direcionais? Porque, na realidade, por preocupação com o meio ambiente, temos de fazer, em única base, no mínimo seis postos, em média seis postos para agredir menos a superfície. Então, em uma só base, a gente consegue fazer seis postos para agredir menos a superfície. Temos a usina de beneficiamento, a adutora e o salmouroduto, mais ou menos 40km.

Aqui outra preocupação com o meio ambiente desde o início, quando o projeto foi concebido. Como nós temos a necessidade muito grande de água para a indústria, seja para a mina ou usina, cerca de 2 mil metros cúbicos, o projeto já foi concebido para não utilizar água doce nessa fase, mas sim buscar água do mar para essa aplicação, ou seja, não se usa água doce no processo industrial, apenas água de serviço, refrigeração de equipamentos etc. Obviamente, necessitamos da linha de transmissão elétrica e será instalada uma planta de cogeração de 60MW, gerando 330 toneladas de vapor.

O que eu queria ressaltar, já que estamos falando em Japaratuba e Capela nesse projeto, é que, na realidade, na sub-bacia de Taquari-Vassouras, que está neste limite, nós temos a ocorrência de carnalita em toda essa área. Inclusive, a planta-piloto, que teve seu início de implantação em 2006, encontra-se aqui em Maruim e está operando até hoje. Então, toda esta área aqui contém carnalita e essas outras duas áreas são potenciais para futura pesquisa.

Por que nós nos limitamos a essa área? Porque, na realidade, nós temos interferências. Nesse lado claro, é a própria mina de Taquari-Vassouras. Nós não podemos lavrar a carnalita que está embaixo tendo uma mineração convencional de silvinita um nível acima.

Nessa outra porção, nós temos interferência com produção de petróleo. No futuro, toda essa interferência vai se extinguir.

Nós temos, então, carnalita em Rosário, Maruim, Carmópolis, Japaratuba, Capela e talvez até em Pirambu. Isso são áreas que já conhecemos.

Aqui, basicamente é um fluxograma rápido para descrever o processo. Na realidade, há uma perfuração, uma sonda em um poço de 12 e 1/4. Injetam-se nesse poço três tubos concêntricos em que por um se injeta água quente; pelo outro, sai a salmoura; e, pelo terceiro anular, se injeta um *blanket*, porque a dissolução preferencialmente é na vertical, tende a ser para cima.

Para que tenha o crescimento lateral, é necessário que a gente injete alguma coisa que seja imiscível na água e com a densidade menor do que a água. Não sei, poderia ser um óleo, um gás, etc. Mais uma vez, por respeito ao meio ambiente, nós optamos por injetar nitrogênio, já que 70% do ar é composto por nitrogênio e não tem nenhum impacto.

Então, dessa etapa, nós produzimos a salmoura. A salmoura vai para o processo de evaporação, contando com o vapor e a energia elétrica produzidos pela cogeração. Durante essa evaporação, precipita o cloreto de sódio, ou seja, o sal de cozinha, e o cloreto de potássio permanece em solução, porque ele é sensível à temperatura: quanto mais alta a temperatura, maior a solubilidade do cloreto de potássio.

Na etapa seguinte, nós temos, então, a cristalização adiabática, ou seja, o resfriamento, em que se precipita o cloreto de potássio. E nós temos uma salmoura que é destinada ao salmouroduto; é uma salmoura rica em cloreto de magnésio. Infelizmente, hoje, nós não temos mercado para o cloreto de magnésio, mas estaria disponível aí se o mercado vier a ocorrer.

Depois dessa cristalização, o cloreto de potássio é seco para perder umidade e é compactado para adequar a granulometria necessária ao mercado, entre 1mm e 4 mm. A partir daí, ele está pronto para a comercialização.

Os principais insumos: energia elétrica, 53MW aproximadamente; gás natural, 760.000Nm3/dia, ou seja, seguramente o maior consumidor do Estado de Sergipe. Aqui eu peço desculpas por um equívoco. Na realidade, a água do mar são 2.000m3/hora, e não dia; e água doce.

Isso aqui é só uma curiosidade. É exatamente a configuração da caverna-piloto, que está feita em Maruim. Ou seja, nós temos total controle do que está acontecendo no subsolo. Isso é realizado por sonar no subsolo, com direção, volume, todo o desenho espacial da caverna, como ela ficou.

Do processo, eu já falei. Na realidade, nós precisamos de 75 poços operando simultaneamente, que produzem aproximadamente 100g/l.

Eu só queria ressaltar, neste eslaide, que, entre cavernas, é preciso deixar entre 110m e 170m de pilar, exatamente para não ter nenhum problema de subsidência na superfície. Ou seja, é um processo totalmente seguro, para que não tenha nenhuma... Isso obviamente tem uma contrapartida: nós só conseguimos extrair 25% do minério contido no depósito.

Aqui está um mapa do plano de lavra, onde estariam os poços: no Município de Capela e no Município de Japaratuba, segundo a linha do IBGE. Aqui estaria exatamente a usina de beneficiamento. É óbvio que são estimativas, porque, na realidade, todo o recurso foi baseado em 28 poços. Então, é uma coisa estatística. Como nós vamos perfurar 528, obviamente que, com as informações adicionais, esse desenho pode, ao longo do tempo, mudar.

Aqui aparece a adutora, a ferrovia e a BR, todos bastante próximos.

Há uma pequena animação de como é feita a dissolução, o que eu já adiantei bastante. Em primeiro lugar, se faz na halita, que é o cloreto de sódio basal, o desenvolvimento de um pequeno sumidouro, digamos assim, para depositar os resíduos dissolúveis. E aí sucessivamente nós vamos minerando as camadas superiores, sempre com controle do *blanket,* como eu falei, que é o controle do nitrogênio. Na maioria da área, nós temos duas camadas. Então, nós podemos lavrar duas camadas sequencialmente e podemos, então, seguir da mesma forma, na camada superior. Em linhas gerais, esse é o processo.

Não sei se fui muito rápido.

Se tiverem alguma pergunta e quiserem interromper, sintam-se, por favor, à vontade.

Com relação à localização da planta industrial... Esse é um desenho da planta. Aqui estão os tanques de salmoura, como falei; os tanques de água e os tanques de salmoura; a parte da cristalização e evaporação; a parte de secagem; a parte de granulação e cogeração; e o galpão de produto acabado. Na parte superior, os prédios administrativos. Na realidade, se olharmos, naquele mapa, aquela linha divisória dos Municípios, ela passa mais ou menos aqui, ou seja, há uma saída para o Município de Capela, que, por sua vez...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, essa planta fica localizada entre os dois Municípios.

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Entre os dois Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É uma área ocupada que abrange os dois Municípios?

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Sim. A linha divisória passa mais ou menos por aqui, como vimos nos mapas. A saída seria por aqui, e retorna nessa posição.

Os critérios para a escolha dessa localização normalmente utilizados são: que ela não esteja sobre a jazida, porque se perde minério; que tenha o menor impacto ambiental possível; que a distância total das tubulações necessárias para a alimentação e produção de salmoura... Lembrem que temos que injetar água quente e receber, na planta, água quente, porque, se a salmoura esfriar no retorno, temos o problema de precipitação do cloreto de potássio, o que vai entupir todas as tubulações. Por outro lado, também não podemos injetar com temperatura muito alta, porque a temperatura lá embaixo é a do depósito, que normalmente é 55 graus. Como o tempo de residência na caverna, o tempo em que ela fica dentro da caverna, a salmoura, é muito grande, vai voltar aos 55 graus. Então, não tem como aumentar muito a salmoura para ela voltar mais quente. Esse é um ponto muito importante para nós. Além disso, estamos falando, na vida útil do projeto, de mais de 500km de tubulação. No início, é algo em torno de 77km, mas, ao longo da vida útil, são mais de 500km de tubulação.

Ter condições logísticas favoráveis, proximidade de estradas, ferrovia e porto; facilidade de fornecimento de insumos; caminhamento da adutora e salmouroduto, que são 40km, e, além disso, tubos de grande diâmetro, 42 polegadas, 36 polegadas; condições de terraplanagem do solo e características geotécnicas e geológicas; e menor interferência com outras atividades econômicas, inclusive com a nossa própria atividade econômica, a silvinita, e outras atividades econômicas, como a indústria do petróleo, a indústria canavieira, porque, quando a gente está falando de 500km aqui, o ideal é que a gente também possa deixar tubo na superfície, que não fiquem todos enterrados, porque há uma ideia de que a gente vá recuperando para ir montando os seguintes, senão o investimento sai muito caro.

A metodologia adotada foi baseada naqueles critérios vistos de forma conjunta. Primeiro, a nossa equipe fez mais de 20 visitas à área e mapeou seis áreas potenciais na região: uma em Rosário, próximo à mina de Taquari-Vassouras; outra em Capela, próximo à Usina Taquari; essa entre Japaratuba e Capela; uma em Patioba, que é em Carmópolis; uma em Santa Bárbara, que é em Rosário... Fomos também estudar até o porto pelas questões de transportes de produto, etc. As três últimas foram descartadas e ficaram apenas as três primeiras. Chamamos de Siririzinho, mas, na realidade, é a SE-206, próximo à mina de Taquari. A área próxima à Usina Taquari, em Capela, e essa última que é a área entre Capela e Japaratuba. A partir daí, foi contratada uma empresa de engenharia que descartou qualitativamente as três últimas. Foram realizados estudos quantitativos, inclusive socioambientais, das três últimas opções, portanto, sob o ponto de vista de investimentos e de custos operacionais ao longo da vida do projeto.

Depois dessa seleção, a área selecionada também foi submetida a uma empresa especializada em meio ambiente para validação das condições ambientais.

Então, a conclusão desse estudo técnico-econômico finalizado em 2009 é de que a opção mais adequada era exatamente a área situada entre os limites dos Municípios de Japaratuba e Capela.

Em termos econômicos a área de Rosário do Catete ficou muito equivalente, com uma diferença apenas de 3%, mas foi descartada por uma questão ambiental, por se tratar de uma APP (Área de Preservação Permanente), estava muito próxima dessa área. A área próxima à Usina Taquari foi descarta por apresentar um custo 37,5% maior do que a área selecionada e não ter nenhum impacto ambiental, não ter a mata primária, secundária, nada disso.

Então, o *status* atual do projeto. Em 2013, agora em dezembro, foi concluída a engenharia básica e o projeto já tem as licenças de instalação de 2011 e tem protocolado as outras licenças da mina.

Bom, aqui só um detalhe, um mapa mais claro exatamente da posição da área escolhida aqui, exatamente entre os Municípios de Capela e Japaratuba.

Bom, era isso que eu gostaria de apresentar.

Muitíssimo obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Continuando, Dr. Chico. Muito obrigado, Francisco Cisne.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Senador Valadares e Senador Amorim, somos muito gratos ao Governador Jackson, que nos atendeu sempre com muita gentileza, tentando entender o melhor desenvolvimento do projeto. Somos muito gratos por tudo que recebemos durante essa fase de estudos no Sergipe. Estamos aqui para quaisquer perguntas de viés econômico e técnico, para que possam ser respondidas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Presidente Murilo Ferreira, por sua contribuição a este debate que estava sendo ansiosamente esperado pelo Senado e pela comunidade sergipana.

**Eu quero registrar as presenças honrosas do Deputado Federal Eduardo Sciarra, Senador José Agripino, Deputado Venâncio Fonseca, Deputado Federal João Carlos Bacelar e Deputado Estadual Pastor Antônio. Acaba de chegar também o Senador Romero Jucá**.

Eu gostaria de indagar se o Governador Jackson Barreto deseja se pronunciar. Seria uma alegria para nós se V. Exª pudesse dar alguma palavrinha nesta reunião histórica. Sua presença nos honra, Governador.

**O SR. JACKSON BARRETO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente da Comissão CDR.

**O SR. JACKSON BARRETO** – Quero aproveitar a oportunidade para fazer aqui uma saudação ao nosso Senador Valadares, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional; da mesma forma ao Senador Amorim; ao Prefeito de Aracaju, Dr. João; a todos Parlamentares que estão aqui, sergipanos e de outros Estados. De forma especial saúdo aqui o Dr. Murilo Ferreira, nosso Presidente da Vale, um homem que aprendemos a admirar e respeitar, acima de tudo pelo amor que ele tem por nosso País, pela sua visão e pela sua capacidade e competência. Não há necessidade aqui de um governador do Estado de Sergipe falar do trabalho da Vale no Brasil e fora do Brasil. Da mesma forma, quero saudar o nosso gerente do Projeto Carnalita, o nosso Dr. Francisco Cisne, o Prefeito Ezequiel, de Capela, e o Prefeito Hélio Sobral, de Japaratuba.

Acho que nós estamos aqui muito mais para ouvir do que para falar da importância da carnalita para Sergipe, da exploração desse potássio que vai garantir uma grande parcela do futuro do Estado de Sergipe. Todos nós sergipanos e brasileiros temos consciência da importância do potássio para a nossa agricultura. É aquilo que falou o Governador Marcelo Déda, se estivermos pensando na independência e na soberania nacional, devemos diminuir a importação de potássio, porque nós somos um país continental. Nós somos um país agrícola, nós necessitamos do potássio para a indústria de fertilizantes. Nós não vamos fazer essas discussões aqui mais porque todos nós que estamos aqui temos consciência de tudo isso que estamos falando.

Nós temos consciência de que esta é uma oportunidade que Sergipe não pode perder, que o Brasil não pode perder. Quando Sergipe vai ter oportunidade de ver um investimento da ordem de US$2 bilhões para gerar 4 mil empregos diretos e quase 10 mil empregos indiretos? Que resposta nós vamos dar aos sergipanos, às futuras gerações, se não formos capazes de resolver impasses que na verdade dependem mais de análises técnicas do que de vontade pessoal?

Não me move nenhum sentimento de ordem político-partidária a não ser o amor ao meu Estado e a preocupação com a juventude, com as novas gerações e a garantia de que esse projeto vai dar emprego a Capela, a Japaratuba, a Sergipe como um todo.

Nós estamos aqui todos conscientes disso. Acho que neste momento precisamos abrir esse processo de discussão. Porque aqui neste momento está presente o Dr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale, e ninguém melhor do que ele que acompanhou com o Dr. Francisco Cisne, nosso gerente do Projeto Carnalita, toda essa luta do Governador Marcelo Déda, ao lado da Presidente Dilma Rousseff, para implantação deste projeto que é importante, que é fundamental para o nosso Estado. E o Dr. Murilo sabe do compromisso que a Vale tem com Sergipe, com o Brasil, com a Presidente Dilma Rousseff. Estamos querendo aqui neste momento apenas compreensão, porque um projeto dessa magnitude não pode ser atrasado, colocado de lado, por discussões que não levem em conta o compromisso com Sergipe, com o futuro do nosso Estado, com os sergipanos e com o nosso País.

Cabe a mim neste momento ouvir mais em nome do povo sergipano e dizer ao Dr. Murilo Ferreira que nós, sergipanos, não podemos abrir mão desse projeto, que o Brasil precisa desse projeto, que nós confiamos e acreditamos na Vale. Nós não estamos aqui, nem aqui nem em outro local, porque nunca fizemos isso, e o senhor é a melhor testemunha do papel do Governo do Estado.

O Dr. Cisne anunciou aqui que a licença prévia foi estabelecida em 2010 e a licença de instalação em 2011, e a Presidente Dilma Rousseff esteve em Sergipe em abril de 2012; e nós assumimos o Governo, por ocasião da doença do Governador Marcelo Déda, em 27 de maio de 2013, o que significa dizer que este Governador que está aqui nunca procurou interferir nas decisões de ordem técnica da Vale para a localização da mina, nem queremos, em hipótese alguma, que isso seja motivo de que se adie, atrase a implantação desse projeto tão fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Nós queremos dizer ao prefeito de Capela que este Governador nunca deu um passo contra os interesses de Capela, que este Governador nunca deu um passo para defender Japaratuba contra o Município de Capela. Nós estamos aqui para defender os interesses do Estado de Sergipe, o futuro do povo sergipano. Estamos aqui para defender os interesses do País. Essa é uma questão de segurança nacional. Essa é uma questão de soberania nacional. Essa é uma questão de independência. E nós não podemos transformar um pequeno problema num problema maior que não seja os interesses do nosso povo, do nosso Estado e do nosso País.

Por isso eu quero concluir dizendo: Dr. Murilo, a Vale é muito bem recebida pelo povo sergipano. Nós queremos a Vale em nosso Estado. Nós queremos, precisamos implantar o projeto Carnalita já! Nós precisamos garantir empregos para o nosso povo. Nós queremos que amanhã Capela vá receber os seus impostos que são devidos, seja 70%, 75%, ou 80% daquilo que foi extraído. Dê-se a Capela o que for de Capela. A César o que é de césar, a Deus o que for de Deus.

Se a Japaratuba cabem 20% – este Governador está aqui, aqui há Deputados Estaduais –, os mecanismos poderemos encontrar, porque fizemos uma estimativa. Para concluir as minhas palavras, se chegarmos a um consenso e definirmos essa questão da localização, da forma como o projeto foi apresentado, nós não iremos advogar nunca contra os interesses de Capela, nem contra os interesses de Japaratuba. Nós estamos aqui em nome do povo sergipano. Então, nessa avaliação, nos primeiros dez anos, a exploração de carnalita se dará no Município de Capela. Ao longo dos 29 anos de duração do projeto, na estimativa que nós fizemos, caberá a Capela receber de impostos R$920 milhões, valores atuais. E caberá a Capela anualmente R$53 milhões, cabendo a Japaratuba R$18 milhões. Essa foi a estimativa que nós fizemos, nunca para ir de encontro aos interesses de qualquer Município

Agora, o que nós não podemos é achar... Dr. Murilo, como o senhor colocou aqui no velho estilo mineiro, que eu conheço profundamente e sei, nós só podemos entrar numa casa quando somos bem recebidos. Eu quero lhe dizer que o Estado de Sergipe está de braços abertos para recebê-lo. Seja bem-vindo, Dr. Murilo. Seja bem-vinda a Vale. Falo em nome do povo sergipano. Sergipe, o Brasil espera a implantação desse projeto, e nós sabemos que o senhor tem um compromisso com a Presidente Dilma Rousseff. E, em nome da memória do Governador Marcelo Déda, que era um entusiasta desse projeto, que lutou ao lado da Presidente para, no entendimento, trazendo a Vale como peça fundamental nessa decisão, fazermos, então, a exploração do projeto Carnalita – e, festivamente, estivemos ao seu lado, ao lado do Marcelo Déda e ao lado da Presidente Dilma Rousseff, em abril de 2012, no Estado de Sergipe.

Em nome de toda essa história e de toda essa luta, encerro, dizendo que seja bem-vindo! O povo sergipano recebe a Vale de braços abertos.

Queremos a Vale. Queremos esse investimento. Queremos os empregos. Queremos o projeto. Queremos o bem de Sergipe e do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço as palavras do Governador Jackson Barreto, que demonstra seu compromisso com o Estado de Sergipe, reavivando a memória de todos nós sobre o trabalho edificante que foi feito pelo Governador saudoso Marcelo Déda.

Eu gostaria, até para um esclarecimento às pessoas que chegaram depois, que o Presidente da Vale nos informasse novamente sobre a localização, que é o ponto crucial da discussão e do debate que têm sido travados no Estado de Sergipe.

A parte física da fábrica, os equipamentos da fábrica, eles vão ficar instalados entre os dois Municípios, dividindo a fronteira entre os Municípios. Ou seja, uma parte da fábrica vai ficar no Município de Capela; e outra parte vai ficar no Município de Japaratuba.

Eu gostaria que V. Exª confirmasse esta informação que nos foi dada pelo Dr. Francisco Cisne. Depois, eu farei outra pergunta, para esclarecer melhor, dar maior nitidez ao debate.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Sr. Senador, eu devo dizer o seguinte: os estudos do EIA/RIMA foram apresentados no ano de 2009. Esses estudos já contemplavam exatamente a decisão que foi dita aqui, a localização nos dois Municípios, conforme afirmado pelo Francisco Cisne na apresentação e no mapa que ele apresentou.

Então, isso é uma decisão que foi costurada pelas equipes técnicas, sem observar posições geográficas, políticas. Nenhuma posição é tomada, em um empreendimento desse porte, que não possa trazer o melhor benefício para o conjunto da sociedade e para os acionistas da Vale.

Então, esse projeto já passou todo tipo de dificuldade, e devo dizer a vocês e para aqueles que acompanharam pelos jornais que, se não fosse a determinação da Presidenta Dilma e – deixa a família do Governador Déda que eu brinque um pouco – se não fosse o Déda tão impertinente de ficar cobrando por uma solução da Petrobras... Porque vocês sabem que é uma área arrendada da Petrobras, e o Governador Déda pegou no pé da Graça para que esse assunto fosse resolvido. A gente tem que louvar a memória dele. Ele procurava o tempo todo a Presidenta Dilma para que esse assunto do arrendamento fosse resolvido – não é isso, Chico? Se não fosse essa insistência política enorme, nós não teríamos chegado ao estágio que não chegamos do projeto.

Então, é preciso fazer essa ressalva.

E nunca foi discutido nem no EIA/RIMA nem agora, nesse arrendamento da área da Petrobras, que a gente deva lembrar que essa área que foi apresentada no mapa pode ter posições onde há ocorrências de óleo. Nesses lugares onde houver a ocorrência de óleo, nós não vamos desenvolver a carnalita, pelo menos nesse momento. No futuro, pode ser que venha. E aquelas áreas que a Petrobras for pesquisando – e assim foi o acordo que nós fizemos com a Petrobras –, aquelas áreas em que não for encontrado óleo, nós já vamos caminhar para a carnalita.

Até chegarmos a esse acordo e por ser um ambiente altamente técnico – vocês imaginam o grau de precisão que nós precisamos ter nessas pesquisas –,esse processo acabou demorando, trazendo essa grande inquietação para o Governador Déda. Mas, resolvido isso, nós encontramos essa situação de impasse. **Estou desmobilizando a equipe toda dia 28, agora, do mês de fevereiro; toda a minha equipe do projeto está sendo desmobilizada, para que possamos aguardar uma solução.**

E quero dizer o seguinte: a Vale não fará nenhum movimento que seja prejudicial ao Estado de Sergipe. **Não havendo uma solução política para esse fato, nós daremos o mandato para um banco para que ele possa vender, para que possamos vender o projeto e algum interessado possa desenvolvê-lo. Vamos vender a tecnologia e os nossos direitos do projeto**.

Então, não temos... Não existe nenhuma possibilidade de criarmos algum obstáculo para o Estado de Sergipe. **Entendemos que, se não formos capazes de chegarmos às autoridades e convencê-las no sentido de uma otimização do lado fiscal, nós não queremos parar o projeto, interromper o projeto**, a perspectiva de empregos e tudo mais. É muito importante deixarmos essa mensagem. É uma mensagem construtiva, no sentido de que, se não for possível esse acordo**, se os Municípios, por qualquer razão, não forem capazes de chegar a esse acordo, nós não queremos ser obstáculo em relação ao desenvolvimento.** Estaremos, inclusive, dispostos a ceder a tecnologia que foi objeto de estudos durante décadas. Essa tecnologia não é uma tecnologia que sai do nada, e é uma tecnologia em que temos tanta confiança, que fizemos direito de patentes mundialmente. Essa tecnologia está registrada nos Estados Unidos da América, onde vocês sabem que o processo de registro de patentes corre muito mais rápido.

Portanto, não queremos de forma alguma criar empecilho algum em relação ao desenvolvimento do projeto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Ratificando as palavras do Governador – e tenho certeza de que as palavras do Governador são as mesmas daqueles que têm autoridade política no Estado de Sergipe – no sentido de que V. Exª e sua empresa são bem-vindos ao Estado de Sergipe. Qualquer Estado brasileiro recebe a sua empresa com muito orgulho, porque se trata de uma empresa que traz emprego, que traz renda para nosso País e, acima de tudo, desenvolvimento econômico e social.

Nós fizemos uma pergunta baseada numa preocupação que envolve os Municípios. **A pergunta que eu fiz diz respeito à localização do empreendimento. Pelo que ouvi na explanação do Dr. Francisco Cisne, aqueles equipamentos que vão redundar no aproveitamento industrial, na separação do minério para o cloreto de potássio, esta fábrica vai ficar localizada em cima da linha divisória entre os dois Municípios. Isso significa que a Vale poderia fazer uma inscrição, um CGC no Município de Capela para dar a Capela o que ela tem direito com relação ao recebimento do ICMS, do seu ISS, e em Japaratuba a mesma coisa, de forma proporcional. Eu gostaria de perguntar a V. Exª se, com a localização física da fábrica entre os dois Municípios, há possibilidade de a empresa Vale colocar duas inscrições estaduais. Quer dizer, não podemos dizer hoje que a fábrica, pelo que foi dito pelo Dr. Francisco, vai ficar localizada em Japaratuba. Vai ficar entre os dois Municípios.** Vai ocupar área dos dois Municípios. O corpo da fábrica, uma parte do corpo vai ficar em Japaratuba e a outra parte do corpo da fábrica vai ficar em Capela.

Em razão disso, **eu pergunto. A empresa, para efeito fiscal – porque o fato gerador é a circulação de mercadoria, de bem –, irá fazer dois CGCs – a inscrição estadual para efeitos fiscais –? Um em Capela e outro em Japaratuba? Essa resposta é fundamental, até para acalmar a preocupação daqueles que acham que Capela poderá tomar prejuízo com relação aos impostos. E nós queremos garantir que isso não venha a acontecer. Nós queremos que nenhum município saia perdendo nessa questão e, principalmente, queremos que V. Sª, com a sua fábrica, fique lá no nosso Estado.**

Nós os abraçamos de coração.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Senador, nós estamos abertos a qualquer solução.

Evidentemente, mesmo a solução, gostaríamos muito de que fosse sancionada pelo Poder Legislativo de ambas as cidades, que fosse sancionada pelo Poder Legislativo do Estado. A gente pode apresentar até às autoridades brasileiras o acordo para que ele seja homologado.

Eu não posso levar nenhum risco fiscal, nenhuma pendência fiscal, nada que no futuro possa ser considerado algum risco. Eu acabei de sair de uma encrenca milionária, os jornais noticiaram isso enormemente. Nós ingressamos no Refis e fizemos um pagamento de R$6 bilhões, agora, no mês de novembro. Então acho que cada um de nós aqui sabemos que eu não tenho vontade nenhuma de entrar em outra encrenca.

**Nós estamos dispostos a acordos que sejam viáveis. Os nossos advogados tributaristas – o Otávio está aqui –podem nos ajudar a fazer acordo. Mas eu gostaria que isso fosse sancionado, qualquer situação não comum fosse sancionada pelo Poder Legislativo das duas cidades, do Sergipe, e pelo Poder Judiciário, porque não posso impor aos nossos acionistas o desassossego, uma aflição em relação à imprudência fiscal.**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu poderia convidar o seu advogado a se pronunciar sobre essa pergunta de forma objetiva? Gostaríamos de ouvi-lo.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Sim.

O senhor está pedindo uma situação um pouco impossível. Advogado ser tão objetivo assim é um... (*Risos*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Mas aqui, esta reunião é tão importante. Se nós passarmos dois dias ainda é pouco.

É um prazer muito grande.

**O SR. MURILO FERREIRA** – É brincadeira.

O Otávio é um advogado notável da nossa equipe, ele tem uma capacidade de agregar as soluções e de sintetizar para todos nós.

Mas nós não podemos perder uma piada de advogado. (*Risos*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito obrigado.

Dr. Otávio, com a palavra.

O SR. OCTAVIO BULCÃO – Bom dia a todos.

Eu acho que para ajudar no debate, contribuir no exame da questão fiscal, exame *stricto sensu*, a ideia é colocar uma lembrança, que todos sabem, de que a tributação deve acompanhar naturalmente o desenvolvimento da atividade econômica. Subverter essa lógica é perigoso porque pode criar distorções e até situações que não condigam com a realidade e se ter inseguranças jurídicas maiores.

O que nós aqui colocamos é que estamos dispostos a examinar situações em que o fato gerador do ICMS seja preservado, um estabelecimento seja feito em Capela e outro em Japaratuba, mantido o fato gerador de transferência, e aí a comercialização, etapa seguinte, se dando por Japaratuba, que foi uma proposta feita pelo próprio Governo. Quer dizer, a gente tem que lembrar sempre que a Vale é destinatária das normas editadas pelo Estado. A Vale tem aí um efeito neutro nessa composição. O fato gerador é relacionado com o Estado e a repartição de receitas é um fato que tem que ter neutralidade, não pode haver reflexo nem para mais nem para menos.

Então, dentro da proposta que puder vir pelo Governo do Estado, sancionada pelas respectivas câmaras municipais, em que haja uma transferência e o fato gerador ocorrendo, e, ali, eventualmente, até um valor agregado nessa compra e venda, a isso a Vale não teria objeção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Bom, então, em resumo, o que está na Constituição que garante aos Municípios a participação ao valor adicionado – para tirar qualquer dúvida – as câmaras municipais poderão dispor sobre esse assunto, como também a própria assembleia legislativa, se for o caso. Agora, o Governo do Estado garantiria, sem dúvida alguma, a divisão equitativa do valor adicionado e da produção mineral nos dois Municípios.

**O SR. JACKSON BARRETO** (*Fora do microfone*.) – Proporcional.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Divisão proporcional. Equilibrado e proporcional. Não é isso aí, Doutor?

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – É definido na lei. A Vale como destinatária cumpriria, se adequaria à lei e não teria objeção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Não teria objeção sobre o que falei, daquelas duas inscrições estaduais, dois centros de distribuição...

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – **A legislação pode, inclusive, prever essa possibilidade de abertura de duas inscrições em áreas contíguas.**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, com isso, o fato gerador estaria garantido, na proporção em que Capela vai produzir cerca de 80% do minério, então o valor adicionado garantiria ao governo do Estado a distribuição equitativa e proporcional aos dois Municípios.

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – Com a premissa de que o fato gerador se dá na transferência, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Correto.

Agora, gostaria de passar a palavra aos dois Prefeitos Municipais. Hélio Sobral é o Prefeito de Japaratuba.

Concedo a palavra a V. Exª, amigo Hélio Sobral.

**O SR. HÉLIO SOBRAL** – Presidente Senador Valadares, Governador Jackson Barreto, Senador Amorim, Prefeito Dr. João Alves Filho; colega Prefeito Ezequiel, da minha cidade vizinha de Capela; Dr. Murilo Ferreira, Deputados Federais de Sergipe, aos quais saúdo em nome do nosso Deputado Fábio Reis; Senadora Maria do Carmo, aqui presente também; Srs. Deputados Estaduais sergipanos.

Depois de ouvirmos as palavras técnicas do Dr. Cisne e do Dr. Murilo Ferreira, eu, como representante do Município de Japaratuba, tenho apenas que aguardar o bom senso do nosso colega Ezequiel e dizer a ele que Japaratuba, Sergipe, Capela e o Brasil não podem perder o investimento da ordem de R$4 bilhões, o equivalente, Dr. Murilo, à instalação ou à implantação de duas indústrias da Fiat.

Recebo todos os dias no meu gabinete mais de 60 pessoas; e 50 estão atrás de empregos. Serão gerados, naqueles Municípios, quatro mil empregos diretos na fase de implantação; e vejo a ansiedade do povo, principalmente dos mais jovens atrás de emprego, e não temos a perspectiva de arranjar emprego, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal nos obriga a só gastar com folha até 50%, não temos como gastar mais de 50% com folha de pessoal, e o nosso desejo é que esse impasse seja resolvido, porque quem vai ganhar não é o prefeito Hélio Sobral, porque sou passageiro – daqui a três anos estamos nos afastando, como também o Prefeito Ezequiel –, quem vai ganhar com isso é o povo de Sergipe, o povo de Japaratuba e o povo de Capela.

Eram essas as minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Antes de conceder a palavra ao Prefeito de Capela, Ezequiel, quero **registrar, com muito prazer, que estão presentes também nesta reunião o Deputado André Moura, Líder do PSC na Câmara dos Deputados; o Senador Valdir Raupp; Heleno Silva, Prefeito de Canindé de São Francisco; o Presidente da Câmara Municipal de Japaratuba, Luciano Acciole; Saulo Brito, Secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Japaratuba.**

Com a palavra Ezequiel Ferreira, Prefeito Municipal de Capela.

**O SR. EZEQUIEL FERREIRA LEITE NETO** – Bom dia a todos. Agradeço essa audiência pública aqui para prestar alguns esclarecimentos. Queria cumprimentar, primeiro, todos os Deputados Federais lá da nossa querida Sergipe, em nome do meu amigo André Moura; os Senadores aqui. Obrigado pelo convite, Senador Valadares; Eduardo Amorim; D. Maria; meu colega Prefeito João Alves, pelo qual cumprimento todos os demais Prefeitos aqui de Sergipe; Governador do Estado, Jackson Barreto. Tive a felicidade de descobrir por uma emissora de rádio que, segundo ele – e até constatei com a minha mãe –, é também um parente, meio longe, mas parente. Eu queria também agradecer a presença aqui do Movimento Carnalita, lá no nosso Município. Prof. Jota, muito obrigado pela sua presença aqui. Pessoal que nos assessora também sobre essa parte técnica. Os Deputados estaduais aqui presentes, em nome do meu amigo Venâncio Fonseca. Demais Senadores, amigos, Prefeito Hélio Sobral.

Bom, amigos, a carnalita vem sendo amplamente divulgada nesses últimos meses, e o nosso Município, o Município de Capela, já tem um minério muito importante, que é a silvinita.

Há mais de vinte anos, a ideia era de que quando a silvinita fosse instalada no Município de Rosário do Catete, onde fica a boca da mina, grande parte dos problemas sociais de toda aquela macrorregião seria resolvida, do mesmo jeito como está sendo anunciado agora. Depois da implantação, de muitos funcionários, chegamos a 800 funcionários, que é o que tem hoje a Vale do Rio Doce explorando a silvinita. Por coincidência, toda a área de expansão dessa silvinita é explorada embaixo do nosso subsolo; o subsolo capelense.

Eu, como Prefeito, estive lá, desci na mina. Quem tem claustrofobia não desce, porque é complicado lá – uns quatro ou cinco minutos no elevador grande, com sessenta homens. Pedi ao chefe da mina para me levar até o Município de Capela. Vi aquelas máquinas que nunca imaginei que o homem tivesse capacidade de fazer, furando a rocha a quinhentos, seiscentos, oitocentos, até novecentos metros de profundidade, lá extraindo todo o minério do nosso Município, levando naquelas esteiras imensas, e saindo na boca da mina, em Rosário do Catete. Capela ganha cerca de R$40 mil, R$44 mil reais pela extração de todo esse minério. São R$44 mil de CFEM. Então, a gente já é um exportador de riqueza para Municípios vizinhos. Nós não vamos ser reincidentes quanto a isso. Nós já temos experiência das receitas que isso dá.

Recentemente, numa decisão do STJ, nós perdemos uma ação. Capela empobreceu ainda mais, R$1,5 milhão por mês por uma barbeiragem jurídica do antigo gestor. Nós perdemos de receita R$21 milhões no ano de 2013, em relação ao ano de 2012. Essa decisão já está consolidada no STJ. Nós recorremos. A chance de ganharmos é muito pequena.

Então, toda essa riqueza, todos aqueles 430 quilômetros de estradas embaixo do nosso subsolo e de outros Municípios, também é retirada a cada momento. Nós estamos aqui e estão lá aquelas máquinas, perfurando o nosso subsolo, tirando esse minério, que representa hoje 10% de todo o potássio produzido no Brasil.

Coincidentemente, Nosso Senhor foi tão bom com a gente que nos concedeu, além da silvinita, que está sendo explorada agora, a carnalita – há um mar de carnalita lá. Segundo a Vale, quase a sua totalidade fica em nosso Município. Por felicidade nossa, Deus foi muito generoso com o nosso subsolo.

Também na questão da reincidência, há seis anos, uma usina de cana de açúcar, que o nosso Município produz bastante, preferiu fazer a usina de cana de açúcar a 30 metros da divisa. Então, eles procuraram saber onde acaba o Município de Capela: "O Município acaba aqui. Contamos 30 passos e, então, vamos construir do outro lado." Perdemos, também, 3.500 empregos, fora a receita.

Todo mundo sabe que onde está a fábrica é onde ficam as receitas. É assim que acontece lá no nosso Município, no nosso Estado. Por exemplo, o Município de Estância é o que mais arrecada impostos com a extração e a industrialização da laranja, do suco de laranja, exportando para outros países. Aqueles Municípios que mais produzem – Pedrinhas, Arauá, Boquim – não têm a mesma receita, porque a fábrica fica no Município de Estância. Em Capela está acontecendo agora a mesma coisa, a mesma reincidência. Onde acaba o Município de Capela? Como disse muito tem o Dr. Francisco Cisne, acaba aqui. Então, vamos fazer a dez metros de distância. Por que isso novamente com a gente? Capela é um Município muito pobre, não tem a mesma riqueza que o Município de Japaratuba tem, que é o Município que mais recebe *royalties* no Estado de Sergipe. Oito milhões de *royalties* para uma população de 14 mil habitantes. É uma per capita, é um dos Municípios mais ricos do Estado de Sergipe. Querem transformar o Município de Japaratuba numa Camaçari da vida e o Município de Capela numa Serra Pelada.

O povo capelense se organizou, o povo capelense, muito pobre. Sessenta e quatro por cento da nossa população é pobre. É a única chance que a gente tem, Governador, de sair dessa miséria. É única chance que a gente tem, porque esses minérios estão lá embaixo do nosso subsolo. Se fosse uma distância longa, se houvesse uma explicação técnica, convincente: olha, o nosso subsolo não presta. Há problemas pedológicos, há problemas de construção. Há muitas vibrações na montagem dessa caldeira. Se fosse alguma explicação técnica de que não pode. E qualquer casa, qualquer planta, qualquer piscina, qualquer indústria pode ser deslocada 10 metros. Ela pode, sim. A não ser que haja um abismo muito grande, aquela areia movediça, quando a gente assistia àqueles filmes de Tarzan: olha, aqui não pode, porque vai afundar tudo. Não é lá o caso nosso.

Nós temos um solo tão bom, com todas as condições, próximos dez metros de distância. Uma área plana, uma área perfeitamente que dá para suportar toda essa fábrica. Melhor ainda: fica mais próximo da mina. Fica mais próximo de retirar a carnalita. Então, economicamente, é bem melhor a instalação no nosso Município.

Hoje nós temos lá uma rede hoteleira que suportaria todo esse contingente de engenheiros que viriam para cá, já Paratuba não tem um hotel, não tem um restaurante para você almoçar. Nós temos casas. A cidade está expandindo. É a maior cidade daquela região. No entanto, com tanta riqueza, querem transformar Capela numa Serra Pelada.

Então, a gente apela. Lá as portas, Dr. Murilo Ferreira, estão abertas. Entre até a cozinha. Vamos comer lá um cuscuz. Lá no Nordeste, a gente gosta muito de cuscuz com macaxeira e carne de sol. A gente sabe da importância desse empreendimento. Nós não somos contra isso. A gente só quer que se faça justiça.

Eu, como representante do povo capelense, com o movimento sem terra lá, a população de 33 mil habitantes. Não há uma pessoa, um capelense sequer que diga que isso tem que sair de lá do nosso Município e ir para o Município vizinho.

Eu tenho responsabilidade, como gestor, e fiz esta mesma pergunta ao Governador do Estado, num almoço que ele me ofereceu: Governador, se fosse entre Sergipe e Bahia, e Sergipe tivesse 80% desse minério, e a Bahia tivesse 20%, onde o senhor acha que deveria ser instalada a fábrica? Ele disse: eu iria defender o meu Estado. E eu estou aqui defendendo o meu Município.

**Eu queria uma explicação técnica**, primeiro, para saber por que o nosso subsolo é imprestável, porque não presta a instalação da fábrica ali no nosso subsolo. Depois de uma explicação tranquila, para eu dizer ao povo capelense, a gente vai ver as questões das divisões. Por exemplo, qual é o preço de transferência entre os estabelecimentos da mesma empresa? Nós temos lá no nosso Município apenas quatro fontes de receita, que é o FPM, o ISS, o Índice de Cota-Parte do ICMS e a CFEM. Esses são os únicos impostos que temos para sobreviver e manter o nosso Município funcionando precariamente. É um Município grande, está crescendo. E nós não vamos admitir ser um bolsão de pobreza enquanto Municípios vizinhos... Nós exportamos riqueza para os Municípios vizinhos e a gente fica sem nenhum tipo de riqueza, sem nenhuma explicação palpável.

Eu gosto muito de analisar papel. Estou me debruçando sobre esse assunto, na parte fiscal. Estamos abertos para conversar com o Dr. Octavio Bulcão, ver as questões para minimizar o sofrimento do povo capelense. A gente pode, Doutor, dividir dinheiro, mas o passivo ambiental fica com a gente! Os quinhentos e tantos poços que vão ser perfurados não se dividem. Esses ficam só com a gente. O dinheiro a gente pode dividir, estamos dispostos, não queremos atrasar o desenvolvimento de Sergipe, pelo contrário, a gente só quer que se faça justiça. Eu estaria sendo injusto se aceitasse essa condição; o povo capelense me colocaria na forca.

Eu fui eleito para defender os interesses do meu Município e assim estou fazendo. Desculpem aqui, porque muita gente está dizendo: “Esse prefeito é um chato.” Não tem nada de chato aqui. A gente está defendendo os interesses e queremos justiça. A Vale ou a parte técnica mostrem e digam: Olha, não pode por causa disso, disso e disso. Agora só dizem que a decisão é técnica sem uma explicação lógica. Nós não vamos aceitar, nós vamos nos debruçar...

Temos consultoria para também nos auxiliar nesse ponto. Eu não sou um especialista nisto, mas estou aqui defendendo os interesses do meu Município. Estou disposto ao diálogo, principalmente com a Vale do Rio Doce, para discutirmos tecnicamente por que a fábrica não pode ser instalada a dez metros de distância? E também se disserem que não pode, vamos fazer a compensação financeira, porque não podemos continuar sendo apenas um exportador de riqueza para Municípios vizinhos. Não queremos. Capela não aceita ser uma serra pelada sergipana.

Era isso que eu tinha a dizer e agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Prefeito Ezequiel.

Olha, eu gostaria de ouvir, neste momento, até para fortalecer esclarecimentos que aqui foram dados anteriormente, o **Secretário de Estado da Fazenda de Sergipe, Secretário Jeferson Passos**, porque pela informação que aqui foi dada a fábrica não ficará em Capela e não ficará em Japaratuba, ficará entre os dois Municípios, sobre a fronteira dos dois Municípios.

**Então, do ponto de vista fiscal, qual garantia Capela tem? Qual garantia Japaratuba tem? De que os dois Municípios terão assegurados o ICMS que é devido aos dois Municípios.**

Está é a pergunta fundamental que nós gostaríamos de ouvir de V. Exª, Dr. Jeferson Passos. E já lhe agradeço.

**O SR. JEFERSON PASSOS** – Bom dia a todos.

Bom Senador, essa discussão acerca da repartição dos tributos já vem há algum tempo e algumas situações foram estudadas anteriormente; situações que previam alteração da legislação estadual do ICMS. Mas no entender do Município de Capela, essas alterações inicialmente propostas não davam necessária segurança jurídica.

Então, em conjunto com a Vale, nós discutimos a possibilidade de estabelecer comercialização do produto extraído em cada um dos Municípios no próprio Município.E por que isso? No intuito de assegurar que o fato gerador do ICMS, que é a comercialização do produto, ocorra no Município onde ele foi extraído, produzido. Então, a carnalita extraída em Capela seria beneficiada na unidade industrial e comercializada no centro de distribuição localizado em Capela.

Como bem o Senhor falou, a planta está na divisa dos Municípios. A Vale não teria dificuldade em adequar a sua estrutura física de comercialização – os galpões de comprar, dessa comercialização – e segregar essa produção, até porque o volume produzido é base para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Então, é possível perfeitamente, sem maiores problemas, saber o quanto foi extraído, o quanto foi produzido e comercializado naquele centro de distribuição de Capela. Então, o valor adicionado gerado nessa comercialização iria para o Município de Capela. Da mesma forma no caso do Município de Japaratuba. Como as projeções apresentadas pela Vale ao Estado indicam que 71% da carnalita estão em Capela e 29% em Japaratuba, esse mecanismo garante essa proporcionalidade na divisão do ICMS.

O Governo do Estado, os técnicos da Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Fazenda se colocam à disposição para, havendo entendimento do Município de Capela, havendo entendimento da Vale, adequar a legislação para dar a necessária segurança jurídica, para evitar passivos fiscais, para assegurar os mecanismos de preços de transferência, como o Prefeito falou aqui. É importante ressaltar que essa transferência interna não pode gerar uma tributação adicional para a Vale. O empreendimento terá carga tributária normal, e o fato de essa mercadoria transitar de uma indústria para um centro de distribuição não poderia gerar uma nova tributação. Então, a garantia do Município de Capela de que irá receber o ICMS proporcional ao minério extraído no seu subsolo é a existência do centro de distribuição e a adoção do mecanismo de preço de transferência, que é um mecanismo que já existe na legislação estadual, mas, se houver entendimento dos tributaristas, das assessorias tanto da Vale quanto dos Municípios em relação à necessidade de adequação, o Governo do Estado está disposto a fazê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª os esclarecimentos.

Diante do esclarecimento do nosso Secretário da Fazenda, o Prefeito tem algo a acrescentar?

**O SR. EZEQUIEL FERREIRA** – Gostaríamos de marcar uma visita com os técnicos que são especialistas em direito tributário para ver... Certeza absoluta ninguém tem, porque cabeça de juiz...Às vezes, mudamos muito isso, mas pelo menos ter uma garantia de que os capelenses não vão ficar apenas com o passivo ambiental. Como está hoje consolidado, como está hoje posto, nós não vamos ficar com absolutamente nada ou com um quase nada, apenas com o passivo ambiental. Então, é importante que nós nos debrucemos. Não podemos tomar uma decisão assim rápida com uma coisa tão séria, uma coisa que é muito importante para o nosso Município.

**Há pessoas que têm condições de debater muito bem com o Dr. Jeferson aqui ou em Aracaju, para minimizar todas essas pendências jurídicas, fiscais, tributárias.**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem.

O **Deputado Mendonça Prado revelou interesse em falar.** Pode ser agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Vou franquear a palavra aos demais, claro.

Rapidamente. V. Exª tem três minutos, com muito prazer.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, demais Senadores, Sr. Governador, Srs. Prefeitos, Sr. Presidente da Vale, primeiro, eu quero dizer que, como sergipano, também defendo a implantação da Vale, e nós queremos que V. Sª e todos aqueles que fazem a Vale participem do desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado. Nós queremos recebê-los de braços abertos.

Quanto à implantação e à localização, eu tenho dito que essas discussões têm se dado de forma infrutífera, porque os aspectos técnicos que estão sendo aqui mencionados o foram em outras vezes, e nenhum dado novo chegou, como esse da ocorrência do fato gerador da arrecadação dos tributos. Isso já foi dito pelo Governador Jackson Barreto. E eu quero parabenizar o Governador Jackson Barreto, porque, desde o primeiro instante, ele tentou resolver essa contenda apresentando propostas para que haja proporcionalidade na distribuição dos recursos. E o advogado da Vale aqui, quando falou sobre fato gerador, disse claramente que a ocorrência se dá na distribuição, ou seja, no início da circulação da mercadoria. Talvez Capela esteja brigando por aquilo que não dá o dinheiro, talvez Capela esteja brigando aqui por aquilo que vai dar dinheiro ao Governo Federal, por ser indústria e pagar tributos ao Governo Federal. Os recursos do valor adicionado do ICMS estão na distribuição, Prefeito, como disse aqui o advogado tributarista. Ou eu estou equivocado? V. Exª disse que a ocorrência do fato gerador se dá na transferência, ou seja, quando iniciar a circulação da mercadoria. Não é exatamente isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quando o bem circula, é que se dá o fato gerador.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Então, quando circula a mercadoria, ou seja, na circulação da mercadoria.

Quanto à degradação ambiental, parece-me que essa proporcionalidade também se dá...

Pois, não.

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – Entre os dois estabelecimentos, haveria, segundo o regulamento e a legislação, um fato gerador também. Entre estabelecimentos do mesmo titular.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Do mesmo titular. Mas a circulação de mercadoria se dá na distribuição. É quando vai haver um novo proprietário...

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – São dois fatos geradores. A legislação permite que haja uma tributação no mesmo titular, entre dois estabelecimentos.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Portanto, quem tiver a distribuição vai ter a arrecadação do adicional...

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – Se você colocar um valor adicional na transferência entre Capela e Japaratuba, esse valor seria capturado para fins de distribuição.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Exatamente. É isso que eu estou falando. Veio para corroborar a nossa tese.

O Prefeito contesta e eu sou um defensor de Capela, até porque fui votado por Capela. Mas eu não posso deixar de defender o Estado de Sergipe, porque eu estou preocupado com o que foi dito aqui pelo Presidente da Vale de retirar esse investimento do nosso Estado. E nós não podemos pagar essa conta. Eu não sei se fico aqui feliz ou se fico triste com essa reunião que nós estamos criando. Acho até que isso deveria ter sido resolvido entre nós, no nosso Estado.

Agora, nós não podemos ficar de reunião em reunião, sem saber exatamente o que o Prefeito de Capela... Desculpe-me Ezequiel, eu estou do seu lado, mas não estou entendendo o que V. Exª pretende.

Na verdade, a riqueza do subsolo é da União. V. Exª está correto. Se há uma degradação de 70%, Capela será destinatária de 70%, porque é uma degradação ambiental e os *royalties* devem ir. É como acontece com o nosso petróleo. Sergipe explora petróleo e quem ganha dinheiro é quem tem a refinaria lá – a Bahia, Pernambuco, onde vai ter a refinaria. Mas nós não podemos impedir a Petrobras de se instalar no Estado de Sergipe, porque ela não está em Maruim, não está em Santo Amaro, não está em São Cristóvão, não está em Canindé do São Francisco.

Estou agora sem compreender essa situação, porque não podemos perder a Vale, não!

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Precisamos que Capela receba proporcionalmente. O Governador está fazendo essa proposta e eu quero entender agora o que Capela está perdendo nessa situação. Acho que está perdendo se perder o centro distribuidor. Aí Capela vai perder, porque não vai ter o ICMS. E Capela perderá se não tiver a indenização em função da degradação ambiental – e o senhor está corretíssimo –, como todos nós temos no Estado, em função da exploração do petróleo. Nós não recebemos os *royalties*?

E o que é mais grave, quanto à distribuição dos *royalties*, a Câmara e o Senado já aprovaram que agora será uma distribuição igualitária para o Brasil inteiro, o que deverá acontecer com os outros minérios em breve.

Então, acho que temos de fazer uma política inteligente para não perder o investimento para o nosso Estado como um todo. Essa alteração de legislação pode acontecer a qualquer momento.

Sobre o ISS, são os dois Municípios que legislam; sobre o ICMS, é o Confaz e o Estado que legisla. O Governador está aqui se comprometendo.

E eu realmente gostaria muito que fosse instalado tudo no Município de Capela...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – ...porque sou votado lá.

Mas nós temos que analisar os aspectos técnicos.

Eu queria saber, Senador Antonio Carlos Valadares, o que é exatamente que o Prefeito Ezequiel quer. Ele tem de dizer "Eu quero isso: que a ocorrência do fato gerador se dê em determinado lugar." Eu quero um esclarecimento!

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Para esclarecer.

Eu gostaria de dizer a todos que existe a Súmula de nº 166, do STJ, que diz o seguinte: "Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte."

Isso significa dizer que, à luz dessas regras, temos, no caso concreto, que, havendo extração mineral no território do Município de Capela, seguida, por exemplo, de transporte, portanto de circulação de produto para fora do Município, haverá fato gerador do ICMS.

Sim.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Essa decisão eu acho que é do Ministro Fux, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Aqui não diz. É do STJ.

Então, na verdade, o seguinte...

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – A ocorrência do fato gerador do ICMS.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O ICMS. Veja, se o minério é produzido no Município de Capela, tem lá um centro de distribuição. Se ele for para qualquer outro lugar, já houve o fato gerador e Capela não será prejudicada.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Sr. Senador, permita-me. Acho que está havendo um equívoco na interpretação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu gostaria de ouvir o Secretário da Fazenda, para que ele interprete, à luz do direito, o que disse aqui o STJ.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Um momento, Deputado.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Está equivocado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu gostaria de ouvir, do Secretário da Fazenda, sobre: "Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte."

**O SR. JEFERSON PASSOS** – Sr. Presidente, temos duas questões envolvidas, em relação a ICMS, é importante que se entenda. Temos uma relativa ao pagamento do tributo, que esse é o pagamento que será feito pela Vale, a Vale vai pagar o ICMS sobre o minério que ela comercializar. E é importante que, qualquer que seja a solução que venha a ser encontrada do Estado junto com os Municípios, essa carga tributária não aumente, e permaneça a carga tributária atual, ou seja, não vamos onerar o empreendimento com a solução.

O segundo aspecto é o do valor adicionado, que não é imposto, é o valor adicionado que o Município recebe e que serve para a definição do índice de participação dele no ICMS do Estado. O advogado da Vale citou aqui a questão do preço de transferência, e é essa a confusão. Existe a possibilidade de cobrar o ICMS pela transferência interna – existe a possibilidade –, e aí teríamos um fato gerador e uma cobrança de imposto.

O que estamos dizendo é que, nessa situação da Vale, o Governo do Estado de Sergipe, a legislação do Estado de Sergipe, o regulamento do ICMS prevê a possibilidade da isenção no preço de transferência, de não cobrança do tributo, numa operação interna do mesmo contribuinte, ou seja, a Vale, ao transferir o potássio da mina para o centro de distribuição, não pagará imposto. Então, estamos falando do pagamento do imposto, e a não cobrança do ICMS, na transferência interna de estabelecimento de um mesmo produtor, Vale do Rio Doce, no caso, não sofrerá a tributação. No entanto, essa transferência gera valor adicionado.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Isso, isso que eu queria que ele explicasse.

**O SR. JEFERSON PASSOS** – Porque a distribuição vai ser feita por Municípios. Então, não gerará imposto, mas gerará valor adicionado. Ou seja, o Município que comercializar potássio...

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Não gera bitributação, isso é que eu queria que o nosso Secretário explicasse.

**O SR. JEFERSON PASSOS** – O importante é que Capela receberá o valor adicionado da comercialização de 71% da carnalita produzida, extraída do seu subsolo. E Japaratuba, 29%.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, meu Secretário.

Agora, o nosso Presidente da Vale, Murilo Ferreira, tem uma viagem marcada para um compromisso inadiável, no Rio de Janeiro, mas, antes, ele gostaria de se despedir e afirmar que os técnicos da Vale vão ficar aqui conosco. Daqui a pouco, vamos, depois dos debates, encerrar esta reunião e, certamente, o Governador marcará outra com os prefeitos municipais visando à preparação de toda uma documentação, para dar segurança jurídica do recebimento, por cada Município, do ICMS devido. Isso é que precisa ser garantido.

Esta reunião foi muito boa, porque discutimos os vários aspectos da instalação da fábrica, da localização, e uma coisa nova aconteceu aqui: é que a fábrica não está localizada unicamente em Japaratuba, como eu pensava – acho que o Prefeito também pensava assim, o Governador já sabia.

**O SR. EZEQUIEL FERREIRA LEITE NETO** – Eu não ouvi isso da Vale, não. Eu não ouvi isso da Vale.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Aqui foi demonstrado, através de um mapa fornecido por uma instituição representativa da União, do IBGE, que demonstra, por a mais b, que a localização da fábrica não é em Japaratuba, é nos dois Municípios. Então, surgiu um fato novo que vai estimular o entendimento e um acordo, e isso só pode ser feito no Estado de Sergipe, não é aqui.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Vai ser feito no Estado de Sergipe, com a participação do Secretário da Fazenda, do Governador – e dos secretários que ele governar – e dos Prefeitos municipais. E a Vale está ali para fazer a produção do potássio, do minério para a produção de potássio. E os Municípios querem receber o ICMS. Isso é o que precisa ficar garantido.

Com a palavra, nosso Presidente.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Senador, eu queria agradecer imensamente a forma como fui recebido aqui. Sou muito grato pela forma tão carinhosa e as manifestações à Vale e aos meus colegas da Vale, a todo o corpo funcional da Vale, pessoas que investiram tanto na construção dessa tecnologia. Nossos pesquisadores que trabalharam tanto para termos essa tecnologia.

Antes de deixar a reunião, gostaria de dizer que foram mencionados os problemas sociais, os passivos sociais. Eu participei de uma geração que passou muitos problemas em meu País, mas tive uma grande felicidade que foi o dia em que as pessoas elegeram os Constituintes, aqueles que fizeram a Constituição a partir do voto, exclusivamente com esse objetivo. Eu carrego a Constituição no meu coração, antes de no meu bolso. Lembro-me muito bem do esforço que foi feito para que o Estado não privatizasse a educação, a saúde, a segurança pública. Portanto, quero lembrar que passivos sociais são de responsabilidade do Estado e foram definidos pelos próprios Constituintes que assim o fosse. Mas nós temos nossas responsabilidades como empresa privada.

Tenho muito orgulho de passar a informação que darei a vocês. Em Minas Gerais, dos dez Municípios com melhor IDH (não estou falando índice que represente concentração de riqueza, mas falo de IDH), oito são Municípios mineradores. Oito! Então, como falar em passivos sociais se um número como esse é tão contundente. Alguém talvez conheça, no Estado do Pará, Parauapebas, e sabe o que virou aquela cidade com o desenvolvimento da mina de Carajás.

Também causou-me perplexidade ouvir sobre passivos ambientais, quando o próprio Chico Cisne falou aqui que nós vamos injetar – pretendíamos, no passado, é bom deixar claro – nitrogênio exatamente para não usar óleo e obter uma poluição nula em termos de passivos ambientais. Mas isso foi ignorado.

Espero que os técnicos e as pessoas consigam terminar esse diálogo da forma mais apropriada possível, inclusive nos aspectos fiscais. Lamento que nós tenhamos chegado a esse impasse, mas eu quero assegurar aos sergipanos: A Vale não será obstáculo. A Vale teve muito prazer em desenvolver essa tecnologia para que o povo de Sergipe possa dela usufruir, no futuro, quando assim for decidido pelas autoridades.

Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Presidente.

O Governador Jackson Barreto deseja dar uma palavrinha.

**O SR. JACKSON BARRETO** – Dr. Murilo, antes de sua saída, eu gostaria de reiterar aqui nosso apelo. Sei e consigo avaliar o sentimento que o move neste momento. Mas eu quero reafirmar esse compromisso e essa vontade expressa do povo sergipano. Nós vamos encontrar uma saída e eu espero a compreensão do Prefeito Ezequiel e faço e renovo um apelo. Sua última frase é de que, no dia 28 de fevereiro, estaria desmobilizando o projeto. Eu lhe faço apelo em nome de Sergipe e do Brasil. Nós encontraremos, até lá, essa solução, com as análises técnicas, com a paciência que nós temos, com a boa vontade de todos, porque nós, homens públicos de Sergipe, não podemos passar um atestado de incompetência de nos darmos ao luxo de um Estado pobre como Sergipe perder um investimento desse tamanho, e de contribuir para não ver desenvolvido nosso Estado e obtida a nossa independência nacional.

Peço ao senhor, apesar de toda essa discussão, que saia daqui não com a imagem totalmente negativa dessa busca empreendida pelo Senador Valadares para o entendimento.

Eu acredito que esse entendimento sairá, que a Vale continuará o projeto Carnalita e que Sergipe não perderá essa oportunidade.

Desejo-lhe uma feliz viagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Senador Eduardo Amorim deseja fazer uma homenagem ao nosso Presidente Murilo Ferreira.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes de o Presidente sair, eu conversava, de vez em quando, aqui, com o Presidente, fazia alguns questionamentos. Volto a reiterar, a reforçar: essa empresa, Presidente, não é só dos acionistas, é orgulho nacional.

Sei que o senhor também enfrenta muitas outras questões, dificuldades. Isso é comum. Isso é normal, mas não podemos, de forma nenhuma, perder um projeto como esse – não só Sergipe, mas também o Brasil.

O que a Vale fez buscando outra tecnologia foi uma ousadia mundial, ou seja, desenvolveu um projeto buscando outra apresentação do mineral, do potássio da natureza, que é a forma carnalita e não o cloreto simplesmente, uma forma mais difícil, menos econômica, para transformar isso em algo altamente comercial e econômico.

Digo que estou sensibilizado – conversava aqui com o senhor – com suas palavras. E volto a dizer, a reforçar o pedido que o Sr. Governador Jackson fez: não desmobilize.

Espero que realmente se busque aqui o consenso, uma ideia, que se façam as compensações fiscais necessárias. Isso é normal, não é a primeira dificuldade que o senhor vai encontrar – também, não é todo dia que se encontra, realmente, uma fábrica entre os dois limites de cada Município. Mas esse projeto direciona o nosso País – ainda um País agrícola, como o senhor bem apresentou ali. Mais do que o minério de ferro, a agricultura é forte na nossa economia, sobretudo no setor exportador.

Isso também me orgulha. O povo brasileiro vai alimentar o mundo inteiro, praticamente. E isso passa, realmente, pelas mãos dos operários da Vale, na sua expressão do fertilizante, do potássio e de outros ingredientes.

Então, Presidente, esse é um projeto que, com certeza, vai na direção de buscarmos a autossuficiência, a independência proclamada há quase 200 anos. O nosso País está, agora, realmente, no caminho da produção de alimentos e de fertilizantes.

Então, mais uma vez, não podemos desistir disso. Não desmobilize. Não podemos desmobilizar. E não queremos a tecnologia, não. A tecnologia tem de ficar com a Vale, porque hoje, realmente, é uma tecnologia em que a Vale gastou e investiu, para chegar a esse caminho.

Queremos, sim, que a Vale explore e busque; e que ajude o povo brasileiro a buscar essa autossuficiência, que – volto a dizer – é uma questão até de segurança nacional.

Obrigado, Presidente, por sua presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu queria...

Agradeço a V. Exª, Vice-Presidente.

**Presidente, um minuto. Eu gostaria de anunciar o seguinte, logo após o término desta reunião, antes da reunião que vai ser feita em Sergipe, definidora dos compromissos do Governo do Estado com o Prefeito de Capela e com o Prefeito de Japaratuba, vamos fazer uma reunião privada, aqui, daqui a pouco, com o Governador, com os Secretários do Governador, com os dois representantes da Vale e também com os assessores do Prefeito. É uma reunião, na verdade, que vai ser preparatória para as definições que vão acontecer no Estado de Sergipe.**

Concedo a palavra rapidamente ao **Deputado Federal Márcio Macedo** e, em seguida, a João Alves, para fazer uma saudação ao Presidente.

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (PT - SE) – Quero abraçar o Senador Valadares...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero que o Presidente saia daqui

**PARTE 3**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero que o presidente saia daqui certo de que, nas nossas comissões, os nossos Deputados e Senadores consideram V. Sª, a sua empresa. O povo sergipano ama a Vale. E V. Sª pode dizer o seguinte: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”.

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (PT - SE) – Quero cumprimentar o Senador Valadares, o Governador Jackson e, em nome deles, abraçar todos os companheiros e amigos de Sergipe que aqui estão.

Presidente, eu queria me dirigir a V. Sª, porque eu fui um daqueles que acompanhou esse processo do início e o esforço do Governador Marcelo Déda para que esse projeto virasse uma realidade. E tenho acompanhado o esforço de toda a bancada de Sergipe e, em especial, do Governador Jackson para que esse projeto possa ser viabilizado.

Quero dizer a V. Sª que esse projeto é fundamental para o presente e, sobretudo, para o futuro de Sergipe, para o nosso povo e para a nossa gente. A geração de emprego, o desenvolvimento, o polo que se vai gerar naquela região é fundamental para Sergipe, em especial para o povo de Japaratuba e para o povo de Capela.

Estamos aqui, todos nós, fazendo um apelo para que V. Sª possa aguardar um pouco mais, até o dia 28, para que o Estado de Sergipe possa tomar essa decisão de receber a Vale. V. Sª é muito bem-vindo ao nosso Estado com a Vale, porque nós sabemos da importância desse projeto para o nosso Estado e para a nossa gente.

Queria dizer também que esta reunião foi bastante esclarecedora. As dúvidas que eu tinha todas foram tiradas aqui, as lacunas foram preenchidas. Por quê? Foi colocado aqui, objetivamente, mostrando no mapa, que a planta ficará nos dois Municípios; será do Brasil, de Sergipe, e de Capela e Japaratuba. Foi dada a garantia, aqui, da assessoria jurídica da Vale, de que vai cumprir, juridicamente, a política da pró-personalidade, definida pela legislação. O Governador Jackson fez um apelo aos Deputados Estaduais aqui presentes de que quer buscar, junto com a Assembleia Legislativa, a segurança jurídica necessária para que os Prefeitos Ezequiel e Hélio possam ter tranquilidade para dialogar com a sua gente.

Então, acho que a única coisa que podemos perder agora, Ezequiel, aqui, é a oportunidade de escrever um capítulo importante da história de Sergipe e da história do Brasil. Então, espero que possamos botar a mão na consciência e resolver esse problema, que é bom para Sergipe e bom para o Brasil.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Só para responder ao Governador, ao Senador, ao senhor, vou aguardar o resultado dessa reunião que vocês terão posteriormente, que foi anunciada, e vamos, então, ser atualizados disso para ver quais os próximos passos.

Muito obrigado pela atenção de vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Prefeito João Alves.

Prefeito João Alves, antes de V. Exª... Foi governador do Estado, trabalhou pelos minérios, como nós trabalhamos. Augusto Franco, João Alves, Valadares, trabalhamos muito juntos pela exploração dos nossos minérios.

Com a palavra o Prefeito João Alves.

**O SR. JOÃO ALVES** – Eu gostaria de saudar o Governador Jackson Barreto; o Senador Valadares, e, saudando-o, estou saudando a todos os Parlamentares – peço permissão –; e saudar os dois prefeitos aqui, o de Japaratuba e o de Capela.

Eu queria apenas fazer uma ponderação, presidente. O Senador Valadares, gentilmente, pediu-me para fazer uma saudação. Eu prefiro, se V. Sª não se importunar, contar o seguinte: conheço profundamente a história da Vale no meu Estado. Por quê? Porque houve um fato importante, de definição para a Vale e para explorar a silvinita.

O presidente da Vale, na época, estava estudando, porque havia uma ameaça do Presidente que tinha tomado posse de fechar a Vale. Fechar a Vale, não; fechar a mina de silvinita. Era explorada pela Petromisa, e ele dizia, o Presidente de então – prometeu na campanha –, que ia transformar o acesso ao túnel, e isso traumatizou todos nós. Quando o Presidente assumiu, eu fui, com o Senador Albano, o então Senador Albano Franco, porque, levando em conta, primeiro, que eu tinha uma aproximação muito grande com o presidente, pessoal, de amizade, e o Senador Albano Franco também o tinha, então, chamei-o, para nós, juntos, falarmos com ele.

Foi um momento difícil porque a Vale já estava, informalmente – naquela época era estatal – trabalhando em Sergipe e chegou à conclusão de que a silvinita e a mina que estava lá eram altamente viáveis, e ele assegurava isso. Mas ele não queria, ele não tinha condições políticas de tratar com o presidente, até pela intransigência dele.

Bom, fomos eu e o Senador Albano Franco, conversamos com o Senador – isso foi um obstáculo enorme para a ida da Vale, que impossibilitava –, conversamos com o Presidente, e foi uma conversa dificílima porque ele estava defendendo a privatização e tamponar a mina da fábrica, "o que é um absurdo", e ele tinha pregado isso na campanha.

Então, depois de uma conversa muito difícil – lembro-me bem, ele com um charutão –, nós conseguimos que ele aceitasse que a Vale... Para ele, ele quebrou um pacto imenso, que era permitir que a Petromisa fosse absorvida pela Vale. Isso fomos nós.

Mas, permita-me, porque isso é importante, mostrando que não é a primeira vez que a Vale enfrenta problema lá. Conseguimos isso, a Vale se instalou em Sergipe, conseguiu incorporar a mina de Petromisa, que não fechou, e aí começa a exploração, que foi muito bem-sucedida.

Chegou a um determinado ano, quando, no meio das...

Não, eu queria mostrar que não é a primeira dificuldade que a Vale encontra lá e vence, com a ajuda dos sergipanos.

Vem a questão, posteriormente, da possibilidade de a Vale gerir o porto de Sergipe. O Presidente Sarney colocou, assim, de forma excepcional, porque não havia precedente àquela época, que a concessão seria do Governo de Sergipe, não da Portobras. Enfrentamos manifestações. O meu enterro foi feito.

Presidente, o senhor me desculpe, mas nunca estive – fui governador três vezes – numa reunião em que estivessem tantas autoridades de Sergipe, porque isso é vital para Sergipe.

Então, outra luta. A Portobras não se curvou e trouxe manifestantes do Brasil inteiro – o Senador Valadares deve se lembrar disso –, manifestantes do Brasil inteiro para proibir aqui. E eu me mantive firme.

No dia, a inauguração do porto foi precedida, devido a uma afirmação da Portobras, por centenas de manifestantes. Queriam impedir e eu tive que usar, naquele momento, o poder do Governo: eu fiz uma fila polonesa de soldados para proibir, independentemente de ficar mal com os sindicatos. Conseguimos. Inauguramos e não houve um incidente.

Vem aí uma terceira dificuldade, um terceiro fato – eu estou contando isso porque é importante –, a carnalita. Senador Valadares, Governador Jackson Barreto, a Vale não tinha ainda o *know-how* – era importante esse *know-how* –, mas a pesquisa inicial, que mostrou que a exploração da carnalita era viável em laboratório, foi feita pelos técnicos da Codise. E, aí, eu levei, claro, procurei o presidente da Vale e disse: “Olha, nós não temos nenhuma condição de fazer a exploração em campo: não temos capital nem temos *know-how*; então, queremos disponibilizar.”

Disponibilizamos e acompanhamos.

Então, essa dificuldade que nós estamos tendo agora, todos nós que somos políticos, interessados em Sergipe – interessadíssimos –, está próxima de uma solução. O senhor é o técnico e naturalmente gosta, como um bom empresário, das soluções bem objetivas. Esse empresário resolveria essa discussão em uma hora. Agora, eu tenho certeza, por todos os indícios aqui, que vão chegar a uma conclusão. O prefeito de Capela não vai querer levar o ônus de ter prejudicado o Estado de Sergipe, porque não há um investimento mais alto, com exceção da Petrobras, do que esse empreendimento de que estamos falando agora.

Então, o prefeito de Capela, também um empresário, um empresário vitorioso, está defendendo o seu Município, mas eu acho que aqui foram colocadas posições que podem nos levar a uma solução rápida, especialmente porque o Governador Jackson Barreto já colocou tudo o que pode fazer, já com a Assembleia Legislativa e a equalização da distribuição dos impostos. Então, vamos chegar a um entendimento. Então, eu faço um apelo a V. Exª mais uma vez, porque eu participei de três momentos cruciais da Vale. Consegui viabilizar a ida da Vale, como governador. Consegui viabilizar o porto de Sergipe para a Vale, com todos os obstáculos que queriam. E conseguimos, não fui eu, os técnicos da Codise, encontrar uma fórmula em nível de laboratório de viabilizar a carnalita. Em nível de laboratório. Nós não teríamos condição nenhuma de campo. Levamos para a Vale. Houve uma certa resistência dos técnicos, porque era aquela solução. Não tinha sido testada no campo. Foi aí que iniciou a aprovação da carnalita. Então, chega um momento desse: nós vamos perder a carnalita? Não, Presidente. Da mesma forma que nós vencemos outros obstáculos dificílimos para a Vale, vamos vencer esse, porque, da mesma forma, os sergipanos estão unidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Prefeito. Obrigado por sua participação. O Presidente deseja se locomover para o Rio de Janeiro.

Eu gostaria de **anunciar aqui que se encontram presentes também Gláucia Amélia Andrade, diretora da Anadep, defensora pública; Nitinho, secretário do Município; Zezinho Guimarães, nosso Deputado Estadual; José Arinaldo, prefeito de Frei Paulo; e o advogado Manoel Cacho, grande homem público de Sergipe.**

Se eu esqueci alguém, por favor me perdoem. Agora, vamos encerrar a reunião. E vamos fazer, com a presença do Governador, aqui ao lado, uma reunião com a participação dos representantes da Vale, o Dr. Chico Cisne. A Drª Selma está aí? Já foi. E o advogado, Dr. Otávio Cisne, presente. Os dois prefeitos municipais envolvidos nessa questão, os secretários do governo, Zezinho Sobral e o secretário Jeferson Passos. Pelo menos um representante da Assembleia Legislativa, não é? Vocês aí se reúnam. O mais velho, quem é? O mais velho é Venâncio, representante da Assembleia Legislativa, participando desta reunião. E pelo menos um Deputado Federal. Os dois Senadores.

Encerrada a reunião...

Antes de encerrar, quero agradecer a todos. Foi uma reunião construtiva, produtiva, vai dar resultados altamente favoráveis.

Os Senadores e Senadoras que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Encerrada a reunião e convocada outra para a próxima semana, na hora regimental.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)